

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Março de 2008.

24 de Março de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Currículo (resumido)

1 — Dados pessoais

Nome completo: Paulo Simões Areosa Feio
Data de nascimento: 22 de Junho de 1954

2 — Situação profissional actual

Chefe de Projecto no Observatório do QCA III, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (desde Novembro de 2001).

3 — Habilitações académicas

Licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1990).

Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa (1995).

4 — Áreas de especialização

Competências específicas de acordo com formação académica e experiência profissional: Análise e planeamento territorial; Concepção, programação e avaliação de políticas de desenvolvimento.

5 — Outras experiências profissionais relevantes

Docente convidado no Mestrado “Economia e Políticas Públicas” no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2005/2008) e na Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades (2001/2004).

Adjunto do Presidente da Missão para a Reforma da Organização Territorial da Administração do Estado, Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública (2000-2001).

Consultor com actividade nos domínios do planeamento, da análise sócio-territorial e da avaliação de políticas de desenvolvimento.

Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de Geografia (1995/2001).

6 — Actividade de investigação

Investigador do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, desde 1990.

Participação em diversos projectos de investigação, nacionais e europeus, designadamente sobre Políticas de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho n.º 9897/2008

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 140/2007, de 27 de Abril, que aprova a orgânica do IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P., o conselho directivo é composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais. Considerando que se encontra vago o cargo de presidente do conselho directivo, na sequência do pedido de exoneração apresentado pelo respectivo titular do cargo, importa proceder à nomeação do novo presidente do conselho directivo do IAPMEI. Assim, nos termos disposto no n.º 3 do artigo 19.º e n.º 1 do artigo 20.º, da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia e da Inovação decidem:

— Nomear presidente do conselho directivo do IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P., o licenciado em Economia Luís Filipe dos Santos Costa, com efeitos a partir de 25 de Março de 2008.

24 de Março de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Nota Curricular

Nome: Luís Filipe dos Santos Costa

Data de Nascimento: 02.09.1957

Grau Académico: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, na área de Política Monetária e Relações Económicas Internacionais.

Actividade profissional mais relevante: Actualmente exerce funções como Presidente da Comissão Executiva da “Inovcapital – Sociedade de Capital de Risco, S. A.” (Capital de Risco de referência do Ministério da Economia e da Inovação), função que acumulou durante o ano de 2007, com a de Administrador da “PME Investimentos – Sociedade de Investimento”; Maio de 2005 a Janeiro de 2007 — foi membro do Conselho Directivo do IAPMEI, tendo a seu cargo as áreas de Dinamização Empresarial, Comunicação, Gestão de Activos Financeiros e Centros de Formalidades de Empresas. Na sua passagem pelo IAPMEI foi o responsável pela implementação e coordenação, entre outros, dos programas “InovJovem”, “Empresa na Hora” e “Plataforma Inovar”. Fevereiro de 2002 a Abril de 2005 — exerceu no Banco Português de Negócios, S. A., a função de Director e de Administrador da Holding Imobiliária do Grupo. Durante este período assumiu funções como Administrador de cerca uma dezena de empresas de promoção imobiliária com projectos no Algarve, Alcochete, Lisboa, Cascais, Leiria, Aveiro e Porto; 2000 e 2001 — Director Administrativo e Financeiro do Crédit Lyonnais Portugal, S. A. (CLP) e, após a fusão destas instituições, Director na Área Financeira do Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria (BBVA); 1987 a 2000 — Director de Mercado de Capitais no Crédit Lyonnais Portugal, S. A., com responsabilidade sobre o Mercado Primário e Investidores Institucionais, Mercado Secundário, Fundos de Investimento e Sala de Mercados; Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, CLP, S. A., e Administrador, em representação do Crédit Lyonnais Portugal, da S. G. F. — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.; 1985 a 1987 — Director Administrativo e Financeiro da MULTINVEST – Investimentos Imobiliários, L.ª, assegurando o controlo financeiro dos empreendimentos imobiliários promovidos pela empresa (Porto, S. João da Madeira, Lisboa, Algarve), além da gestão financeira e administrativa da empresa; 1981 e 1985 – Integra a equipa de gestão e fiscalização da DEFINT – Estudos Técnicos e Económicos, L.ª, sendo responsável pelo controlo orçamental do “Projecto Soporcel” (fábrica de pasta de papel construída no concelho da Figueira da Foz); 1980 e 1981 — Integra o Gabinete de Estudos e Planeamento na COVINA — Companhia Vidreira Nacional, S. A. Ao longo da sua carreira participou em diversos cursos e seminários especializados, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente em França, Inglaterra, Irlanda e Finlândia, sobre Mercados de Capitais, Benchmarking e Boas Práticas de Gestão, Empreendedorismo e Capital de Risco.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10423/2008

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2º do Decreto-Lei n.º 10/2008, de 17 de Janeiro, e nos termos previstos no Regulamento do Concurso para acesso à categoria de Conselheiro de Embaixada, aprovado pela Portaria n.º 239/2008, de 17 de Março, do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, faz-se público que por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 18 de Março de 2008, se encontra aberto concurso para preenchimento de 12 vagas na categoria de conselheiro de embaixada do quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, ou da data de recepção, por via telegráfica, ou por telex, da informação do Departamento Geral de Administração daquela publicação.

2 — Prazo de validade: o concurso é válido até ao provimento das vagas postas a concurso, ou das que venham a verificar-se nos 12 meses subsequentes à sua abertura.

3 — Condições de candidatura: Podem ser opositores ao referido concurso os secretários de embaixada que, à data da publicação do presente aviso, preencham os requisitos exigidos no n.º 3 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 10/2008, de 17 de Janeiro.

4 — Método de selecção a utilizar: o concurso assenta, nos termos do n.º 4 do artigo 18º Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com redacção que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 10/2008, de